

AO

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA

SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES - SUPEL

AV. FARQUAR, Nº 2986, BAIRRO PEDRINHAS, PALÁCIO RIO MADEIRA - ED PACAÁS NOVOS - 2º ANDAR,
CEP 76801-470, PORTO VELHO/RO

ASSUNTO: RECURSO ADMINISTRATIVO.

REF: TOMADA DE PREÇOS N.º 023/2022.

Ilma. Senhora Pregoeira

A Constituição Federal brasileira determina que a administração pública obedeça aos princípios da **legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência** (art. 37, caput). Explicita ainda a Constituição a necessidade de observância desses princípios ao exigir que as obras, serviços, compras e alienações sejam contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes (art. 37, inciso XXI).

Para regulamentar o procedimento da licitação exigido constitucionalmente, foi inicialmente editada a Lei n. 8.666/1993. Com a Lei n. 10.520/2002, mais uma modalidade licitatória (pregão) foi introduzida no modelo brasileiro, ao qual se aplicam subsidiariamente as regras da Lei n. 8.666/1993. Seja qual for a modalidade adotada, deve-se garantir observância da isonomia, legalidade, impessoalidade, igualdade, vinculação ao instrumento convocatório e julgamento objetivo, previstos expressamente na Lei n. 8.666/1993.

Dentre as principais garantias, pode-se destacar a vinculação da Administração ao edital que regulamenta o certame licitatório. Trata-se de uma segurança para o licitante e para o interesse público, extraída do princípio do procedimento formal, que determina à Administração que observe as regras por ela própria lançadas no instrumento que convoca e rege a licitação.

A PILAR CONSTRUÇÕES, já devidamente qualificada no processo em epígrafe, por intermédio de seu representante legal *in fine* assinado vem apresentar;

RECURSO ADMINISTRATIVO CONTRA A DECISÃO DA COMISSÃO

Consubstanciada nas manifestações anexas, requerendo, para tanto, seu recebimento e remessa – se necessário - à autoridade hierarquicamente superior, a teor do que dispõe o artigo 109, I, “b” da Lei de Regência de licitações.

Termos em que,
Pede Deferimento.

Rio Branco-Acre, 09 de setembro de 2022.

MAYK WISLLY DE SOUSA FREITAS
PILAR CONSTRUÇÕES
Sócio – Proprietário

RAZÕES DO RECURSO

Colenda Comissão,

Emérito Julgador.

Cuida-se de Recurso Administrativo visando a **RETIFICAÇÃO** da decisão quanto à INABILITAÇÃO da proposta/documentação da empresa **PILAR CONSTRUÇÕES**, conforme divulgado em 06 de setembro de 2022.

Data máxima vênua, merece ser **REVISADA** a decisão divulgada, conforme se demonstrará ao longo da presente missiva, porém, antes de se abordar o mérito, necessário trazer à baila os pressupostos extrínsecos do recurso.

I. DA TEMPESTIVIDADE

Senhor (a) Presidente, conforme se observa pela leitura do teor divulgado em 06 de setembro de 2022, esta comissão concedeu o prazo previsto em lei para apresentação de Recurso Administrativo, portanto, tempestiva a presente missiva.

II. DA LEGITIMIDADE E DO INTERESSE RECURSAL

De igual forma, é a recorrente parte legítima para interpor o Recurso Administrativo ora manejado, pois entende que esta comissão deixou de atender ao instrumento convocatório, o EDITAL.

III. DO MÉRITO

Em relação ao *meritum causae*, deve a decisão da Comissão, que inabilitou a documentação/proposta da **PILAR CONSTRUÇÕES**, ser **RETIFICADA**, haja vista que a recorrente cumpriu o exigido no item 13.1.1 e 13.1.1 *alínea "a"* do edital da referida tomada de preços, pois apresentou os documentos exigidos no referido item.

Prima facie, cumpre salientar que o objeto do processo em tela trata-se de “**Revitalização da Praça no Distrito de Vista Alegre do Abunã, Município de Porto Velho – RO**”

IV. DOS FATOS

I – INABILITAÇÃO DA RECORRENTE

Conforme Ata divulgada no dia 06 de setembro de 2022, a recorrente foi inabilitada por “... **PILAR CONSTRUÇÕES EIRELI, por não ter apresentado Registro ou inscrição da licitante junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, contrariando o exposto no item 16.4, alínea "a" do edital**” (Grifamos).

concreto" exigido no item 16.4, alínea "d" do edital, **PILAR CONSTRUÇÕES EIRELI, por não ter apresentado Registro ou inscrição da licitante junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, contrariando o exposto no item 16.4, alínea "a" do edital e**

Vejamos o edital da referida Tomada de Preços:

13.1.1 – Poderão participar da presente licitação, somente empresas que apresentarem condições específicas relacionadas ao objeto desta licitação e que possuam no seu quadro permanente, na data prevista para a entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de acervo técnico por execução de obras ou serviços de edificação de características semelhantes ao objeto da licitação, e desde que **devidamente cadastradas ou que atendam a todas as condições exigidas para o cadastramento, até o terceiro dia anterior a data do recebimento das propostas conforme Art. 22, § 2º da Lei 8.666/93.** (Grifamos)

a) A comprovação do(s) profissional(is) no quadro/equipe técnica da empresa poderá ser feita conforme item 16.4 alínea “c” do Edital.

Senhores ficamos surpresos com tal decisão, pois em cumprimos na íntegra o que está sendo exigido no edital. Apresentamos durante a sessão de abertura o ***Certificado de Registro Cadastral – CRC emitido pela SUPEL/RO***, portanto a exigência do **ITEM 13.1.1. 13.1 - CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO** – foi atendida. Segue em anexo uma cópia do referido certificado.



Governo do Estado de Rondônia
Superintendência de Compras e Licitações - SUPEL
Cadastro Geral de Fornecedores - CAGEFOR

RELATÓRIO COMPROVANTE DE ATUALIZAÇÃO

Fornecedor			
CNPJ:	38.235.161/0001-37		
Razão social:	MAYK WISLLY DE SOUSA FREITAS EIRELI		
Nome fantasia:v	PILAR CONSTRUCOES		
Logradouro:	RUA SAO MARCOS	Nº 179	CEP: 69915-380
Logradouro:	CONJUNTO HABITAR BRASIL	UF: AC	
Cidade:	Rio Branco		

Documentação

Nome	Situação	Validade/Vigência
CPF e Cédula de Identidade da Pessoa Física	Aprovado	
Contrato Social ou Estatuto	Aprovado	
Cartão do CNPJ	Aprovado	
Certidão de Regularidade Perante o FGTS	Aprovado	16/09/2022 00:00:00
Registro em Órgão de Classe (Para Obras, Serviços de Engenharia e Outros Serviços)	Aprovado	07/11/2022 00:00:00
Certidão de Regularidade Perante a Receita Federal	Aprovado	18/12/2022 00:00:00

A comissão NÃO pode descumprir o edital, seus membros e todo o poder público que rege o processo licitatório estão vinculadas as normas contidas nele, se o ITEM 13.1.1 exige que seja apresentado o *Certificado de Registro Cadastral – CRC emitido pela SUPEL/RO, É DEVER da comissão de licitação aceitar e usar esses documentos no processo.*

No Certificado de Registro Cadastral – CRC apresentado pela **PILAR CONSTRUÇÕES** consta a **CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO PESSOA JURIDICA Nº 737260, com data de validade até 07/11/2022 no Certificado de Registro Cadastral – CRC.** Uma simples conferência da Comissão de Licitação teria sido o suficiente para constatar que cumprimos o que pede no referido item do edital.

O TCU já se posicionou contra estas atitudes das comissões de licitações, diante da regra acima, a mesma deve ser cumprida por todas as licitantes, no ato da apresentação e abertura do invólucro de habilitação e não em apresentação ulterior, caso oposto, estaríamos agredindo o princípio da isonomia. Conforme o art. 41 da Lei Federal nº 8666/93, que segue:

“Art.41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.”

Neste contexto, leciona MARÇAL JUSTEN FILHO:

“O instrumento convocatório cristaliza a competência discricionária da Administração, que se vincula a seus termos. Conjugando a regra do art. 41 com aquela do art. 4º, pode-se afirmar a estrita vinculação da Administração ao edital, seja quanto a regras de fundo quanto àquelas de procedimento. Sob um certo ângulo, o edital é o fundamento de validade dos atos praticados no curso da licitação, na acepção de que a desconformidade entre o edital e os atos administrativos praticados no curso da licitação se resolve pela invalidade destes últimos. Ao descumprir normas constantes do edital, a Administração Pública frustra a própria razão de ser da licitação. Viola os princípios norteadores da atividade administrativa, tais como a legalidade, a moralidade, a isonomia.”, (Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 14ª Ed., Dialética, 2010, p. 565).

Conforme afirma HELY LOPES MEIRELLES, citado por JOSE DOS SANTOS CARVALHO FILHO:

“O edital traduz uma verdadeira Lei porque subordina administradores e administrados às regras que estabelece. Para a Administração, desse modo, o edital e ato vinculado e não pode ser desrespeitado por seus agentes”

(CARVALHO FILHO, Jose dos Santos. "Manual de Direito Administrativo", 14ª ed., Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2005, p. 226).

Entende-se que não cabe neste caso quaisquer inferências que não se apoiem nos ditames do Edital, que foi claro e objetivo, sob pena de desrespeito frontal ao caput do Art. 3º da Lei 8.666/93, que estabelece que:

*"A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da **legalidade**, da **impeccabilidade**, da **moralidade**, da **igualdade**, da **publicidade**, da **proibidade administrativa**, da **vinculação ao instrumento convocatório**, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos."*

Assim, conclui-se que não cabe qualquer inferência que não se restrinja totalmente aos termos do Edital.

Se a apresentação do **Certificado de Registro Cadastral – CRC emitido pela SUPEL/RO**, atende o exigido pelo Edital, **não há como a recorrente ser inabilitada sem manchar a brancura dos princípios que devem reger o processo licitatório.**

O artigo 3º da Lei nº 8.666/93, determina que:

*Art. 3º. A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da Legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da **proibidade administrativa**, da **vinculação ao instrumento convocatório**, do julgamento objetivo e dos que lhes sejam correlatos. (Grifamos)*

A determinação do artigo acima transcrito demonstra claramente que o edital de licitação é a lei entre as partes. Nem à administração e nem aos licitantes é permitida interpretação diversa daquela que está consignada no edital. A determinação legal do art. 3º extirpa qualquer autonomia do aplicador para eleger um fim diverso daqueles previstos normativamente.

Tanto a administração quanto o particular estão vinculados aos ditames impostos no edital, nenhuma das partes pode esquivar-se do cumprimento das regras ali determinadas, sob pena de impugnação do ato. Essa determinação está gravada no art. 41 da Lei n.º 8.666/93, como mandamento que deve ser seguido pela Administração Pública, senão vejamos: **"A administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada"**.

O edital em referência trata-se de uma TOMADA DE PREÇOS, essa modalidade é a única da Lei Federal nº 8666/93 que diz que os interessados DEVEM estar devidamente cadastrados ou que atendam a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação". (Art. 22, § 2º, [Lei 8.666/93](#)).

Modalidade tomada de preços

O conceito legal de tomada de preços informa que: "é a modalidade de licitação entre interessados devidamente cadastrados ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação". (Art. 22, § 2º, [Lei 8.666/93](#)).

Parágrafo 2 Artigo 22 da Lei nº 8.666 de 21 de Junho de 1993:

Art. 22. São modalidades de licitação:

§ 2º Tomada de preços é a modalidade de licitação entre interessados devidamente cadastrados ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação. (Grifamos)

Assim, poderão participar de licitações na modalidade tomada de preços, aqueles que já estiverem cadastrados ou, os não cadastrados, desde que atendam às condições necessárias de cadastramento até três dias corridos antes da data marcada para o recebimento de todas as propostas.

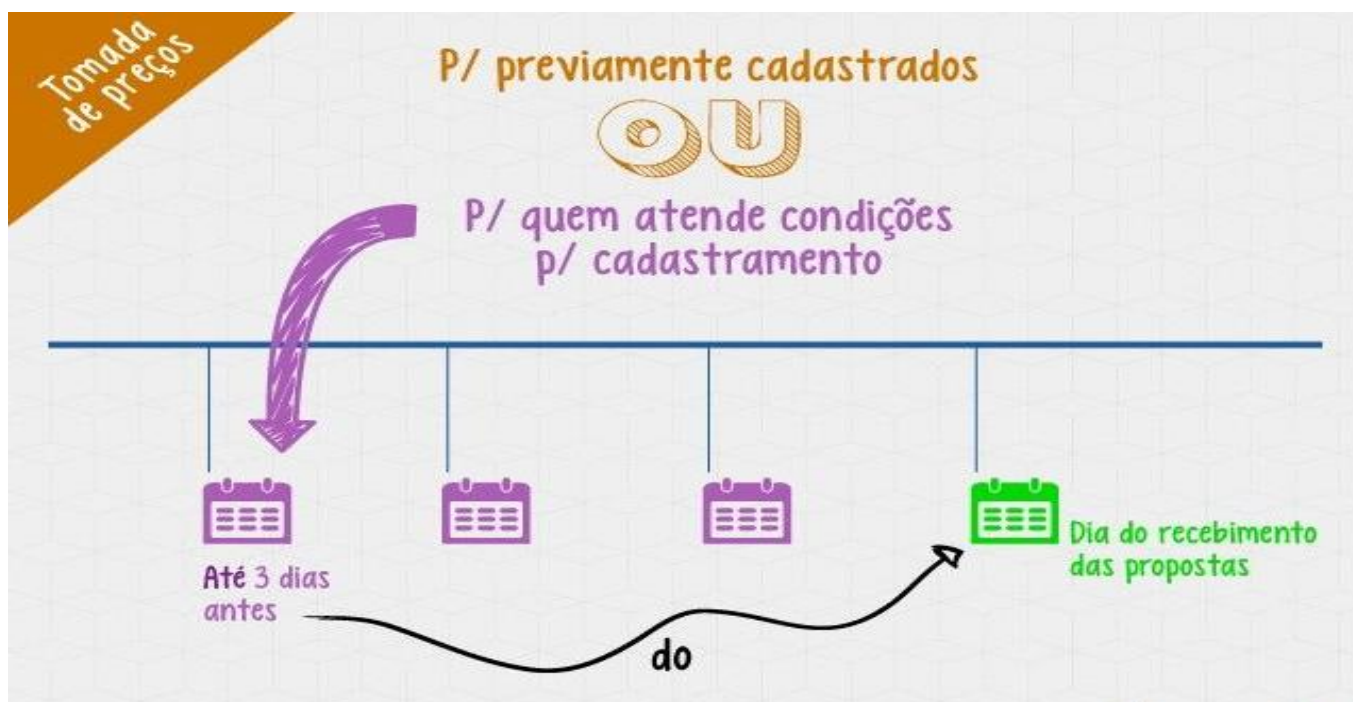
Ou seja, Tomada de Preços (TP) é a modalidade onde podem participar quem atenda a todas as condições exigidas para cadastramento **até o terceiro dia antes de as propostas serem recebidas**.

Como funciona?

Esse “cadastramento” se refere à análise prévia da situação da empresa, por meio da verificação de sua **habilitação jurídica**, de sua **regularidade fiscal**, de sua **qualificação econômico-financeira**, de sua **qualificação técnica** e do cumprimento das exigências do Ministério do Trabalho com relação ao trabalho do menor, em conformidade com o disposto nos arts. **27 a 31** da Lei nº. 8.666/93.

A TP é a única modalidade de licitações que apresenta essa exigência, não diz que certidão “A” ou “B” deve ter exceção, exige que **DEVE** atender todos os requisitos

Vamos trazer uma ilustração para um melhor entendimento:



Tomada de preços segundo TCU

Nesse sentido, o TCU:

Cadastramento é exigido do licitante para participação em tomada de preços.

Habilitação é exigido do licitante interessado em contratar com a Administração Pública, qualquer que seja a modalidade de licitação.

Cadastramento não se confunde com habilitação. São procedimentos distintos.

Acórdão 649/2006 Segunda Câmara: A lei exige que na tomada de preços os interessados estejam devidamente cadastrados ou atendam a todas as condições para tanto até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas (art. 22, § 2º, da [Lei 8.666/93](#)).

A habilitação, por seu turno, consiste na verificação da regularidade jurídica, fiscal, bem como da qualificação técnica e econômico-financeira (art. 27 da lei).

Por certo, tal **documentação** pode ser substituída pelo **certificado de registro cadastral**, nos termos do art. 32, §§ 2º e 3º, da Lei de Licitações e Contratos.

Com relação aos cadastros administrativos, regulados nos artigos 34 a 37 da [Lei 8.666/93](#) (registros cadastrais), Celso Antônio Bandeira de Mello ensina que “*são registros dos fornecedores de bens, executores de obras e serviços que ali se inscreveram, mantidos por órgãos e entidades administrativas que frequentemente realizam licitações*”.

Os registros cadastrais de uma unidade podem ser utilizados por outras unidades, caso estas assim quiserem.

Solicitamos desta estimada comissão de licitação que seja feita diligencia no *Certificado de Registro Cadastral – CRC emitido pela SUPEL/RO, desta recorrente.*

Em seu art. 43, §3º, dispõe a Lei nº 8.666/1993 ser “facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta”.

Havendo alguma falha formal, omissão ou obscuridade nos documentos de habilitação e/ou na proposta há um poder-dever por parte da Comissão de Licitação/Pregoeiro em realizar a diligência, superando-se o dogma do **formalismo excessivo** e prestigiando a **razoabilidade** e a **busca pela eficiência, ampliação da competitividade e a proposta mais vantajosa para a Administração**.

Note-se, portanto, que a realização de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do procedimento licitatório independente de previsão em edital, sendo decorrente dos princípios da Administração Pública e da própria disposição legal contida no art. 43, §3º, da LGL.

As diligências têm por escopo, portanto:

- 1) o esclarecimento de dúvidas;
- 2) obtenção de informações complementares;
- 3) saneamento de falhas (vícios e/ou erros).

No tocante ao propósito de saneamento de falhas, para se avaliar a plausibilidade de adoção de diligência é preciso identificar a natureza do vício (ou erro) ou da omissão, se “**formal**”, “**material**” ou “**substancial**”.

O respeito ao princípio da isonomia é garantido ao se reputar a diligência como um dever da Comissão de Licitação/Pregoeiro, porquanto, sabe-se, de antemão, que o tratamento será o mesmo para todo e qualquer licitante, desde que seja cabível a realização das diligências e não se trate de correção de irregularidade essencial.

Nesse estágio, há que se contextualizar a problemática da adequada interpretação do disposto no art. 43, §3º, da Lei nº 8.666/93, no tocante ao dogma segundo o qual, em nenhuma hipótese, seria permitida, no âmbito de um procedimento licitatório, a juntada de documento posterior à entrega dos envelopes pertencentes aos licitantes.

Afinal, o dispositivo legal deveria ser interpretado em sua literalidade? Em nenhuma hipótese, independentemente da situação observada no caso concreto, admitir-se-ia a realização de diligência por parte da Comissão de Licitação ou do Pregoeiro que implique na necessidade de juntada de documento que não constava originalmente no envelope entregue por licitante?

Partindo-se da compreensão de que o objetivo maior do procedimento licitatório é a consecução do interesse público aliada à observância dos primados da **isonomia e igualdade de tratamento e condições entre os participantes**, há que se conferir uma interpretação finalística e legitimadora ao texto insculpido no art. 43, §3º, da Lei nº 8.666/93.

A inclusão posterior de documentos por parte da própria autoridade condutora do certame licitatório deverá ser admitida desde que seja necessária para comprovar a existência de fatos existentes à época da licitação, concernentes à proposta de preços ou habilitação dos participantes, porém não documentados nos autos.

Cumpre, ainda, consignar que o próprio TCU, no Acórdão nº 1.758/2003-Plenário, entendeu ser regular, no âmbito de procedimento licitatório, a conduta da autoridade que procedeu a juntada posterior de comprovação de regularidade fiscal da licitante através de diligência promovida com base no art. 43, §3º, da Lei nº 8.666/93. Segundo aquela Corte de Contas, tal juntada não configuraria irregularidade, ***mas praticidade, celeridade e otimização do certame. O apego excessivo à letra da lei pode acarretar equívocos jurídicos, porquanto que não traduzem seu sentido real.***

Em conclusão, é preciso consignar que o Poder Judiciário e as Cortes de Contas se inclinam em reconhecer que o procedimento licitatório não deve ser pautado num formalismo exacerbado que desvirtue sua finalidade e equipare-o a uma gincana, na qual interessa apenas o cumprimento da etapa definida, indiferentemente de sua razão de ser.

Por todo o exposto, conclui-se que a Administração Pública, no curso do processo de licitação, não pode se afastar das regras por ela mesma estabelecidas no instrumento convocatório, pois, para garantir segurança e estabilidade às relações jurídicas decorrentes do certame licitatório, bem como para se assegurar o tratamento isonômico entre os licitantes, é necessário observar estritamente as disposições constantes do edital ou instrumento congênere.

Sobre tal princípio, leciona o saudoso Hely Lopes Meirelles:

“A legalidade, como princípio da administração (CF, art. 37, caput), significa que o administrador público está, em toda a sua atividade funcional, sujeito aos mandamentos da lei e às exigências do bem comum, e deles não se pode afastar ou desviar, sob pena de praticar ato inválido e expor-se a responsabilidade disciplinar, civil e criminal, conforme o caso.

A eficácia de toda atividade administrativa está condicionada ao atendimento da Lei e do Direito. (...)

Na Administração Pública não há liberdade nem vontade pessoal. Enquanto na administração particular é lícito fazer tudo que a lei não proíbe, na Administração Pública só é permitido fazer o que a lei autoriza”.

V. DO PEDIDO

Diante do exposto requer a Vossa Senhoria:

- A) Seja **RETIFICADA**, a decisão que julgou como **DESCCLASSIFICADA** no certame a empresa **PILAR CONSTRUÇÕES**;
- B) Acaso seja mantida a decisão recorrida – o que se admite apenas por cautela – que seja remetido o processo, instruído com a presente insurgência à autoridade hierárquica superior, conforme estabelece o Art. 8º, inciso IV, do Decreto nº. 5.450/2005, c/c o Art. 109, §4º, do Estatuto das Licitações, aplicado subsidiariamente ao presente caso, havendo de ser acolhido e provido, em todos os seus termos o presente **RECURSO**, reformando-se as decisões “a quo”, como requerido;
- C) De qualquer sorte, que o presente **RECURSO ADMINISTRATIVO** seja recebido no seu efeito suspensivo, consoante diciona o parágrafo 2º, do já citado Art. 109, da legislação específica, que c/c os Arts. 8º, inciso V e 27, do Decreto nº. 5.450/2005, amparam o presente pedido;
- D) Seja provido, em todos os seus termos, o presente recurso, e por isso atendidos os seus pedidos, para imposição e prevalência da lei, da doutrina e dos princípios da moralidade administrativa, a publicidade, a ampla defesa e a legalidade, afastando-se, em consequência disso, o abjeto cerceio dessa mesma defesa, o que é nefasto para ambas as partes, na atual democracia em que vivemos.
- E) Termos em que, pede deferimento.

Rio Branco - AC, 09 de setembro de 2022.

Atenciosamente

MAYK WISLHY DE SOUSA FREITAS
PILAR CONSTRUÇÕES
Sócio – Proprietário